

IEFP
Instituto de Emprego e Formação Profissional
UFCD 0575

Categoria A

Rendimentos de trabalho dependente

Marco Oliveira

Definição

- Os rendimentos da categoria A dizem respeito aos rendimentos do trabalho dependente. Ou seja, a tributação desta categoria diz respeito às remunerações provenientes do trabalho por conta de outrem.

Vencimentos;
Gratificações;
Comissões;
Subsídios ou prémios;
Pré-reforma ou pré-aposentações;
Entre outras.

Este tipo de rendimentos pode resultar de um contrato de trabalho ou contratos legalmente equiparados, sendo que devem ser declarados no anexo A do IRS.

Contratos legalmente equiparados (exemplos)

- Abonos para falhas, na parte em que exceda 5% da remuneração fixa;
- Ajudas de custo que exceda os limites fixados, e pagamento pela utilização de automóvel próprio ao serviço da entidade patronal
- Verbas para deslocações e viagens de representação de que não sejam prestadas contas até final do exercício
 - Indemnizações pela mudança do local de trabalho
 - Gratificações, atribuídos por outros que não a entidade patronal
 - Indemnizações pela cessação contrato de Administradores e gestores
 - Entre outros.



Não são tributáveis

Os rendimentos provenientes de:

- Prestações de Serviço Militar obrigatório
- Subsídio de Desemprego
- Subsídio atribuído a bombeiros voluntários
- Subsídio de doença, desde que pago por Instituição de Segurança Social
- As prestações efetuadas pelas entidades patronais para regimes obrigatórios de Segurança Social
- As prestações relacionadas exclusivamente com ações de formação profissional dos trabalhadores
- Entre outros.



Especificações da categoria A

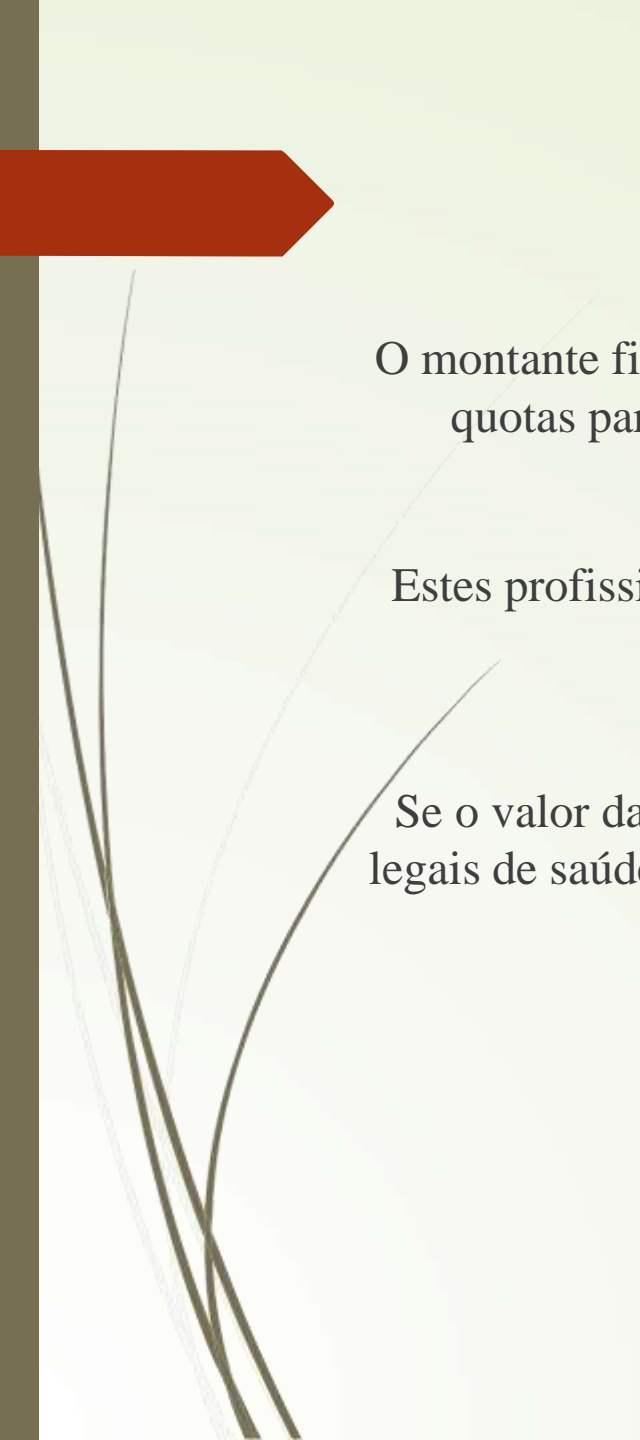


Deduções específicas

As deduções específicas, que podem ser montantes fixos ou percentagens, são subtraídas ao seu rendimento bruto para efeitos de cálculo do IRS.

Os trabalhadores dependentes podem deduzir o seu rendimento bruto a totalidade das contribuições obrigatórias para a Segurança Social como também a Caixa Geral de Aposentações, ADSE ou SAMS.

Estas deduções têm normalmente o montante fixo de 4104€



O montante fixo pode ser aumentado para 4.275 euros se a diferença resultar do pagamento de quotas para ordens profissionais de inscrição obrigatória (ex.: médicos ou advogados).

Estes profissionais só podem deduzir os 171 euros adicionais, se a atividade for desenvolvida exclusivamente por contra de outrem.

Se o valor das contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e para subsistemas legais de saúde for superior a qualquer um dos limites anteriores, o contribuinte pode deduzir o montante total dessas contribuições.



Indeminizações

Podem ser deduzidas as indemnizações que o trabalhador tenha de pagar à entidade patronal quando toma a iniciativa de rescindir unilateralmente o contrato de trabalho sem aviso prévio.

Quotas sindicais

Se estiver sindicalizado, o valor correspondente à quota paga pelo trabalhador também é passível de ser deduzido, até ao montante de 1% do rendimento bruto da categoria.


O valor a deduzir corresponde a 150% do valor pago.



Benefícios Fiscais


Beneficiam de isenção total, com natureza de isenção com progressividade, os rendimentos de trabalho dependente auferidos pelo pessoal ao serviço das missões diplomáticas e consulares, ou ao serviço de organizações estrangeiras ou internacionais, desde que exista reciprocidade;

Beneficiam, ou podem beneficiar, de isenção total, os militares e elementos das forças de segurança quanto às remunerações auferidas no desempenho de funções integradas em missões de carácter militar, efetuadas no estrangeiro, com objetivos humanitários ou destinadas ao estabelecimento consolidação ou manutenção de paz ao serviço das Nações Unidas ou de outras organizações internacionais, independentemente da entidade que suporta as respetivas importâncias;




Beneficiam, ou podem beneficiar, de isenção total os rendimentos auferidos no âmbito de acordos de cooperação ou no âmbito de deslocação para estrangeiro em serviço de entidades portuguesas no âmbito de acordos celebrados e relativamente aos quais sejam demonstradas as vantagens para o interesse nacional, bem como as remunerações auferidas por militares e elementos das forças de segurança deslocados no estrangeiro ao abrigo de acordos de cooperação técnico militar celebrados pelo Estado Português e ao serviço deste, desde que reconhecido o interesse nacional;

Beneficiam de isenção total os rendimentos dos tripulantes de navios registados no Registo Internacional de Navios;




Beneficiam de isenção total, os rendimentos relativos a contribuições efetuadas pela entidade patronal com seguros e operações do ramo «Vida», contribuições para fundos de pensões, fundos de poupança-reforma ou quaisquer regimes complementares de segurança social, desde que constituam direitos adquiridos e individualizados dos respetivos beneficiários; com natureza integral, se garantirem exclusivamente benefícios de reforma, complemento de reforma, invalidez ou sobrevivência;

Beneficiam de uma isenção parcial, os recebimentos pagos ou colocados á disposição, na parte em que corresponda a rendimentos qualificados, como rendimentos do trabalho dependente relativos a direitos derivados de prestações efetuadas pelas entidades patronais para regimes complementares de segurança social, mesmo que já tenha ocorrido a passagem à reforma, em montante correspondente $\frac{1}{3}$, com o limite de € 11 704,70;



Beneficiam de uma isenção parcial de IRS, os rendimentos do trabalho dependente auferidos por sujeitos passivos que, no ano a que respeitam os rendimentos, tendo sido deslocados do seu normal local de trabalho para o estrangeiro por período não inferior a 90 dias, dos quais 60 necessariamente seguidos, sejam considerados residentes em território português, na parte relativa à remuneração paga ou colocada à disposição do trabalhador exclusivamente a título de compensação pela deslocação e permanência no estrangeiro que exceda os limites legais previstos no Código do IRS;



Beneficiam de isenção de IRS, os rendimentos da categoria A obtidos no estrangeiro por residentes não habituais em território português, obrigatoriamente englobados para efeitos de determinação da taxa aplicável aos restantes rendimentos, bastando que se verifique qualquer das condições previstas nas alíneas seguintes:



a) Sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado;

ou

b) Sejam tributados no outro país, território ou região, nos casos em que não exista convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal, desde que os rendimentos, não sejam de considerar obtidos em território português.



Vantagens e Desvantagens



VANTAGENS	DESVANTAGENS
Contratos de trabalho	Retenção na fonte
Sujeito passivo tem direito a subsídios	Vencimentos como subsídios de férias e Natal são tributáveis
Subsídio de refeição, quando pago em cartão ou vales de refeição, não é tributável	
Entidade patronal fica a cargo de apurar o rendimento total tributável do sujeito passivo	
Isenções para residentes não habituais	